

## A INVASÃO PARAGUAIA DO SUL DO MATO GROSSO

Mário Maestri  
Professor Titular, PPGH UPF

**RESUMO:** Este artigo analisa a invasão militar paraguaia, em dezembro de 1864, do sul da província do Mato Grosso e das terras em litígios, entre a República do Paraguai e o Império do Brasil. Discute as razões particulares e gerais da escassa resistência anteposta pelas tropas imperiais a essa ofensiva.

**Palavras-chave:** Guerra do Paraguai; Mato Grosso; Paraguai.

**ABSTRACT:** This article analyzes the Paraguayan invasion, in December 1864, of the southern province of Mato Grosso and the lands in disputes between Republic of Paraguay and Empire of Brazil. It also discusses the individual and general reasons for the reputed imperial troops' low resistance to this offensive.

**Key-words:** Paraguayan War; Mato Grosso; Paraguay

### A Invasão Paraguaia do Mato Grosso Meridional

Em 14 de dezembro de 1864, quase um ano após o início da mobilização militar paraguaia contra a Argentina, pouco mais de mês depois do apresamento do vapor imperial Marquês de Olinda, dezenove dias antes da rendição oriental em Paysandú, o governo paraguaio enviou duas expedições militares articuladas - uma naval e a outra terrestre - contra o sul da província do Mato Grosso. Para muitos analistas, a operação constitui um paradoxo, pois era de se esperar que as tropas paraguayos partissem para o sul, em direção do Uruguai, em apoio ao governo oriental - e não para o norte -, em busca de província perdida no extremo-oeste do Brasil. São poucos os estudiosos que, como o correspondente e historiador prussiano Louis Schneider, viram na invasão do sul do Mato Grosso “um hábil cálculo”, fosse como “conquista permanente”, fosse como “momentânea diversão”, em favor dos orientais. [SCHNEIDER, 1902: Vol. 1, p. 106-8.]

A flotilha paraguaia, destinada à conquista do forte de Coimbra, no Distrito Militar do Baixo Paraguai da província do Mato Grosso do Sul, formou-se no porto de Asunción, de onde zarpar sob os aplausos de empolgada multidão, em 14 de dezembro de 1864. Seu destino era o forte imperial de Coimbra, na margem direita do rio Paraguai, o principal ferrolho defensivo da navegação em direção das principais vilas e territórios da província do Mato Grosso. O forte localizava-se pouco além dos territórios

em disputa entre o Paraguai e o Império do Brasil. A expedição naval fez escala na vila de Concepción, ponto de partida das tropas terrestre, seguindo em seguida para seu destino. [CARDOZO, 1971: v. 1, p. 49.]

A denominada *División Expedicionaria del Norte* embarcou em Asunción 3.200 homens, doze peças de artilharia raiada e uma bateria de trinta foguetes à Congreve. Ela foi transportada pela nave capitânia paraguaia, a canhoneira Tacuarí, e nove outras embarcações comerciais artilhadas e reforçadas. Algumas chatas artilhadas eram puxadas pelos navios, o que retardou ainda mais a marcha do comboio - doze longos dias. Mais tarde, outros navios se juntaram à flotilha, entre eles o vapor imperial Marquês de Olinda, capturado no mês anterior. A Divisão expedicionária encontrava-se sob a direção do coronel de infantaria Vicente Barrios, cunhado de Francisco Solano López. Nesse então, era ministro da guerra e da marinha o coronel Venancio López [1828-1870], irmão do *mariscal*. [FRAGOSO, 1956: v. 1, p. 254-5; CENTURIÓN, 2010: 90-1; CARDOZO, 1967: v.1, p. 47; PÓVOAS, 1995: v.1, p. 260; SCHNEIDER, 1902: Vol. 1, p. 112.]

Os batalhões que participavam da operação eram formados por experientes soldados veteranos. Segundo George Thompson, o coronel-engenheiro inglês que serviu nas forças armadas paraguaias, os batalhões 6º e 7º eram formados por “mulatos, conocidos por el apodo de *erejas chicas*”. Para Louis Schneider, “por essa designação se queria indicar a origem europeia pelo lado paterno ou materno” dos soldados. Os expedicionários vestiam novos uniformes, calças brancas, gorro vermelho e as camisas de baeta colorada que celebrariam os exércitos paraguaios. Pareceria mais parada militar do que tropas partindo para a guerra. Apenas os oficiais iam calçados. [THOMPSON, 2010: 42; CENTURIÓN, 2010: 90; SCHNEIDER, 1902: Vol. 1, p. 112.]

A segunda expedição, com de 2.500 a 3.500 cavaleiros, denominada Coluna de Operação sobre a vila de Miranda e o rio Mbotetey [Miranda], partiu da vila de Concepción, sobre o rio Paraguai, no centro do país, dividida em duas tropas, comandadas pelo coronel Francisco Isidoro Resquín e pelo major Martín Urbietta. Em 26 de dezembro, as colunas Resquín e Urbietta ingressaram, respectivamente, nos territórios em disputa pelo Paraguai e o Império, por Bela Vista, na margem do rio Apa, e por Ponta Porã, mais a oeste. As colunas dirigiram-se sobretudo às colônias militares imperiais dos Dourados e de Miranda e às vilas de Nioac e Miranda. [FRAGOSO, 1956: v.1, p. 272 *et seq*; CARDOZO, 1967: V.1. p. 47; CENTURIÓN, 2010: 90-1.]

## **A Província do Mato Grosso se Prepara para o Combate**

As regiões norte da imensa província do Mato Grosso tinham conhecido melhores dias quando do ciclo do ouro, há muito superado. Com a crise da mineração, proprietários e cativos deslocaram-se para outras províncias. De 1819 a 1870, os cativos regrediram de 14.180 a 6.667. [CORRÊA, 1976: p.127]. A viagem do Mato Grosso por terra, até a Corte, exigia mais de um mês de cavalgada forçada, sendo inviável ao transporte comercial de mercadorias. Os rebanhos bovidos levavam quatro meses para chegar aos mercados próximos. Desde a abertura da navegação para o rio da Prata, em 1852, os contatos comerciais com o litoral do Império davam-se através dos rios Paraná e Paraguai, facilitados pelo advento da navegação a vapor. Em fins de 1864, governava a província o brigadeiro Alexandre Manuel Albino de Carvalho [1812-1894], à espera do substituto, o coronel Frederico Carneiro de Campos, aprisionado com o paquete Marquês de Olinda. O coronel Carlos Augusto de Oliveira era o comandante provincial de armas.

Não procedem as afirmações da época e de hoje sobre o despreparo militar do Mato Grosso e a surpresa que teria sido a invasão da província. “[...] os brasileiros não esperavam qualquer invasão; por isso, a província do Mato Grosso, lindeira do Paraguai, a única possível de ser atacada, estava absolutamente desarmada.” [CAMPESTRINI & GUIMARÃES, 1991: p. 58.] Preparando-se havia muito para a guerra, as autoridades imperiais acumularam enorme arsenal na região, defendida pelo poderoso forte de Coimbra: fabrica e depósitos de pólvora; importante artilharia; enorme quantidade de fuzis e de munições; navios militares.

As tropas provinciais não eram poucas e esperava-se invasão. Em 10 de outubro, aviso sobre provável ataque chegara a Cuiabá, pelo vapor Corumbá, desde Montevideu, enviado em 20 de setembro de 1864, pelo visconde de Tamandaré, comandante da armada imperial no Prata, e César Sauvann Vianna de Lima, ministro imperial residente em Asunción. Eles propunham a “conveniência” de que o presidente da província se preparasse “contra alguma surpresa desleal” “sobre as fronteiras” mato-grossenses, devido às ameaças paraguaias, no caso de invasão imperial do Uruguai. Comunicavam o acúmulo de tropas na vila paraguaia de Concepción, às portas do Mato Grosso. O brigadeiro Albino de Carvalho despachou, imediatamente, o comandante provincial de armas, com canhões e tropas de primeira linha, para reforçar o sul da província. [CARVALHO, 1866: p. 7; MELLO, 1969: 77.]

A Guarda Nacional mato-grossense dispunha de 170 oficiais e uns 5.700 praças, 4.600 no serviço ativo e 1.100 na reserva. A tropa de primeira linha era de 1.415 soldados. Portanto, mais de seis mil soldados! Com alguma disposição, armariam-se alguns milhares de paisanos e sobretudo nativos. Em relação à acanhada *armada* paraguaia, formada sobretudo por navios civis artilhados, a flotilha de guerra provincial não era desprezível. Com 150 marinheiros e aprendizes, possuía seis vapores - Anhambay, Paraná, Jaurú, Corumbá, Alpha, Paraná - e o lanchão Constituição. Pequenos barcos podiam ser artilhados. [PENNA, 1864: p. 11-3; CARVALHO, 1866: p. 7.] Porém, ainda mais do que no resto do Império, a debilidade da província devia-se, não ao *número*, mas ao *caráter* da população. Com território superior ao Paraguai, o Mato Grosso possuía população reduzida e social e culturalmente *eclética*, sob grande tensão social e étnica. *Comunidade* pouco apta e disposta à defesa do território. Quando pudera, mato-grossenses perderam-se nos matos para não responder ao chamado às armas. Fugiam para proteger a vida, o maior bem que possuíam, despreocupados com territórios que mais comumente não lhes pertenciam.

Em fins de 1864, a população provincial era de 65 mil habitantes: 35 mil homens livres, seis mil escravizados e 21 mil indígenas *semi-aculturados*. Essa relativamente reduzida população se concentrava no norte da província. O sul - Distrito do Baixo Paraguai - começara a ser ocupado apenas nos anos 1830. Nas freguesias de Miranda e Albuquerque invadidas pelos paraguaios, habitavam uns oito mil habitantes – 1.820 livres, seiscentos escravizados e uns seis mil índios aldeados. Portanto, uma população majoritariamente submetida a graus diversos de coerção. [JOURDAN, 1893, vol. 2, p.30.]

Não era fácil mobilizar a população livre. Em todo o Império, os soldados da tropa de primeira linha [paga] eram recrutados entre a população vista como a mais desprezível. Os soldos atrasavam-se; o tratamento era duro; a comida, alojamento, fardamento, etc., precários. A disposição e capacidade bélica da tropa era mínima. Era também difícil formar novos batalhões da guarda nacional, devido às infundáveis isenções concedidas a diversos segmentos sociais. Os guardas nacionais resistiam em abandonar seus distritos, onde serviam, sobretudo, para sufocar revoltas sociais - cativos, nativos, etc. [CASTRO, 1977: p. 71 *et seq.*]

A falta de resposta militar à invasão deveu-se sobretudo ao perfil social da população e o ‘despreparo’ da alta oficialidade à guerra. Sobretudo no sul da província, a população era formada, em boa parte por nativos submetidos em graus diversos e por

cativos, em menor número. Quando da invasão, boa parte dos cativos, que poderiam ter sido atraídas pelos invasores ou armados pelos proprietários, aproveitou o entrevero para aquilombar-se. Os quilombos abundavam nos imensos territórios e cresceram com a invasão. Em relatório à Assembléia Legislativa Provincial, de 3 de maio de 1863, o presidente da província registrava a existência, além do “grande quilombo do Seputuba”, de “mais de um século”, dos quilombos do rio Manso, Roncador, Jangada e da serra Dourada, com “grande número de escravos e talvez não poucos desertores”. Eles não eram combatidos desde 1860. [PENNA, 1864: p. 11-13.] Em 1868, o relatório do presidente da província anotava “quilombos de escravos e desertores nas imediações do rio Manso”. Também sem serem reprimidos havia muito, o presidente congratulava-se por se manterem “tranquilos em seus retiros”. [AGUAPEHY: 1868, p. 6.]

A desorganização ensejada pela invasão permitiu que comunidades nativas reassumissem a antiga autonomia, em diversos graus. Em *Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*, a historiadora Luiza R. C. Volpato refere-se ao medo, durante a invasão, da população cuiabana livre, de rebeliões de cativos e de nativos submetidos. Registra as “investidas” de nativos não submetidos, que chegaram “em alguns momentos não só a atacar as freguesias rurais da capital, mas também [...] os arrabaldes [...]”. A defesa da província contra o inimigo externo impedia a ação das tradicionais *bandeiras* para conquistar terras e rechaçar-submeter os autóctones. [VOLPATO, 1993: p. 62.] Em 1863, em diversos pontos da província, registraram-se ataques de “índios bravios” [cabixis, pariris, etc.], em que moradias e paióis foram incendiados, com feridos e mortos. Em 1868, os coroados realizaram correrias no distrito de Serra Acima. E assim por diante. [AGUAPEHY: 1868, p. 6; CARVALHO, 1864: 10.] No sul Mato Grosso, em região de *conquista* recente, a guerra Império-Paraguai sobrepôs-se à *guerra social* latente entre estancieiros-escravistas contra escravizados-nativos.

### **Era Possível Resistir**

As tropas do Mato Grosso eram suficientes para enfrentar incursão inimiga necessariamente breve. Com o apoio das outras províncias, a situação paraguaia tornaria-se difícil. Porém, em Cuiabá, após a hecatombe no Sul, a preocupação foi defender-se dos inimigos prováveis, externos e internos, e não preparar a recuperação dos territórios meridionais, com os quais muitos oficiais e soldados estavam pouco

ligados. Piorando tudo, muitos oficiais imperiais eram mais *cortesões* e *políticos* do que *soldados*. Estavam mais afeitos às disputas dos salões e parlamentos do que às batalhas. Nenhuma ajuda real chegou de Goiás, São Paulo, Minas Gerais. Manter duas frentes de batalha – um deles no distante oeste – estava além das disposições-capacidades do Estado imperial. Com o rio Paraguai fechado, o abastecimento de Cuiabá foi fortemente prejudicado, com uma enorme carestia. O sal, o toucinho, a farinha, o arroz, o milho, a carne seca alcançaram preços astronômicos. [LOUZADA, 1865: p.1.]

À exceção da desastrada coluna, inicialmente sob o comando do coronel Manuel Pedro Drago, organizada no litoral, em abril de 1865, que alcançou a fronteira do Paraguai, em 1867, o Mato Grosso foi deixado a sua triste sorte. [TAUNAY, s.d.] Ao ser avisado da possível invasão paraguaia, o presidente da província enviou oficiais, tropas e armamento para o sul, para fortalecer o forte de Coimbra e as vilas de Corumbá, Miranda e Nioac. Contava-se, sobretudo com a resistência do forte de Coimbra, enquanto se mobilizavam novas tropas e se recebia reforço das províncias vizinhas. O forte nascera como humilde comandância militar, fundada pelos lusitanos, em fins do século 18, na margem direita do rio Paraguai, para proteger o norte da capitania. A seguir, tornara-se imponente fortificação, em pedra e alvenaria. [CARVALHO, 1866; LEVERGER, 1865: p. 5 *et seq.*]

Coimbra era fortificação poderosa, com muralhas em alguns pontos com mais de quatro metros de altura, encravada nas fraldas das colinas íngremes que o cercavam, o que determinava que pudesse ser atacado mais facilmente apenas por um lado. Os canhões do forte dominavam o “Estreito de São Francisco”, o ponto em que as duas margens do rio Paraguai se aproximavam. Em 1801, Coimbra foi assaltado por expedição espanhola de seiscentos homens. A guarnição do forte, de 42 homens, resistiu por dez dias, até a retirada do inimigo. O comandante português respondeu à intimação da tropa castelhana em maior número: “A desigualdade de forças sempre foi um estímulo que animou os portugueses”. Em dezembro de 1864, concentravam-se no forte uns 250 possíveis defensores: 115 soldados de linha e da Guarda Nacional; quarenta civis; setenta mulheres; dezoito presos e dez índios *mansos*. [THOMPSON, 2010: p. 43; TAUNAY, 1891, 45; SCHNEIDER, 19002: Vol. 1, p. 156.]

Para preparar a resistência à invasão, o forte recebera o grosso da artilharia da província – 37 peças de bronze, em geral de oito polegadas. A canhoneira Anhambay e o vapor Jaurú apoiavam a defesa. Comandava Coimbra o tenente-coronel pernambucano Hermenegildo de Albuquerque Porto Carrero [1818-1893], comandante

do batalhão de artilharia provincial, que estivera no Paraguai como instrutor militar, em 1851. Ele fora enviado para fortalecer a defesa da região sul. Seu comportamento seria diverso ao do tenente-coronel lusitano Ricardo Franco de Almeida Serra que barrara a invasão espanhola. [BORMANN, 18979: V.1., p.1; CAMPESTRINI & GUIMARÃES, 1991: p. 30; MAIA, 1964: p. 29; THOMPSON, 2010: p. 43.]

## O Ataque Paraguaio e o Abandono do forte de Coimbra

Às cinco horas da manhã de 27 de dezembro de 1864, os defensores de Coimbra avistaram navios paraguaios fundeados uma légua rio abaixo, na noite anterior. Às 8:30, o coronel Vicente Barrios enviou nota exigindo a rendição, em uma hora, recusada por Porto Carrero, em mensagem de cunho pouco marcial. O oficial respondera não ser costume imperial render-se *sem ordens* para tal e que, portanto, escrevera aos superiores perguntando sobre como proceder! Porto Carrero despachou rio-acima o pequeno vapor Jaurú, anunciando a invasão e pedindo reforços. [BORMANN, 1789: V.1., p.15; CAMPESTRINI & GUIMARÃES, 1991: p. 59.]

Os paraguaios contavam com informações sobre o forte dadas, em 10 de outubro de 1864, por José Antonio Acosta, soldado imperial desertor, de origem indígena, natural do Rio de Janeiro, que ali servira por quatro anos. Acosta relatara a ausência de infantaria no forte; guarnição de uns cem homens; a posição dos 24 canhões de bronze e ferro; os depósitos de munição; a altura dos muros, as portas do forte, etc. Falou da pequena povoação próxima às muralhas, onde soldados e oficiais casados dormiam e das canoas que chegavam da vila de Albuquerque, rio acima, para comerciar. [RELACION, 1864.]

Às 9:30, a tropa paraguaia desembarcou nas duas margens do rio e passou-se a bombardear, de longe, o forte, sem o atingir. Às 14:00 horas, os canhões imperiais responderam ao fogo, prosseguindo o confronto até às 19:30. No início dos combates, a Anhambay desceu o rio, acoçando os atacantes com mosquetes e seus dois canhões de 32 mm, sobre plataformas giratórias, na proa e popa. Construída no Rio de Janeiro, em 1858, a canhoneira era um pequeno navio de guerra misto, com velas e duas rodas laterais blindadas, movidas por máquina a vapor de 40 HP, muito próprio à navegação fluvial. No combate, o navio não sofreu dano.

No madrugada seguinte, as tropas paraguaias desembarcaram outra vez na margem direita, reiniciando o bombardeio. Às 7 horas, a infantaria empreendeu assalto às muralhas do forte, com enormes baixas. Parte da dificuldade em escalar as muralhas deveu-se à falta de escadas de assalto! Alguns paraguaios superaram os muros e foram mortos no forte. A Anhambay seguiu metralhando a infantaria e artilharia a cavalo que se aproximaram do forte. Por mal pontaria, os canhões paraguaios feriram mais de uma vez a própria infantaria. “A direcção do fogo dos canhões inimigos continua[va] péssima; os projectis não cessa[va]m de matar e ferir os próprios paraguaios”. Às 14 horas, os assaltantes recuaram. [BORMANN, 1897: V.1., p.15-17; CARDOZO, 1967: v.1, 52.]

Às 19:00, duas patrulhas imperiais abandonaram o forte para explorar as redondezas, recolhendo dezoito paraguaios feridos, 85 armas e contando muitos mortos. Segundo Thompson, os 750 soldados que participaram do ataque tiveram duzentas baixas, entre mortos e feridos! Perdas superiores a 30% dos atacantes! Os soldados imperiais teriam tido dois mortos. [THOMPSON, 2010: p. 42-4; RESQUÍN, 1870: p. 1.] A conquista do forte apresentava-se como operação longa, difícil e incerta, com os paraguaios pagando o ônus do assalto a posição de fortes muralhas e protegida por forte artilharia e a canhoneira Anhambay. Devido à dificuldade de cercar o forte, os defensores seguiriam recebendo reforços também por terra. A expedição ao sul do Mato Grosso perigava terminar em um enorme fracasso.

### **Pernas para que te quero!**

Não houve resistência magnífica, mas deserção inglória. Na noite de 28, o tenente-coronel Porto Carrero chamou conselho de oficiais que aceitou à proposta de abandonar o forte, sob a escusa de escassear a munição. O tenente João de Oliveira Mello, segundo Efraim Cardoso, teria se pronunciado contra o abandono; para Jorge Maia, teria sido o capitão Augusto Conrado a exigir que se seguisse lutando. Por sua posição, não teria participado do conselho. Na legenda da defesa do forte, destacam-se tradicionalmente as *frágeis* setenta mulheres que passaram a noite “em fazer cartuxos”, estando cansadas para continuar o trabalho! Retiraram-se, sem delongas, na madrugada da noite, às 23 horas, em direcção a Corumbá, na canhoneira Anhambay. Foram deixadas no forte armas e munições: dez canhões, cento e vinte quilos de pólvora, uns oitenta mil

cartuchos de fuzil! [CARDOZO, 1967: v.1, 53; MAIA,. 1964: 89; SCHNEIDER, 2009: Vol. 1, p. 117.]

Talvez devido ao comprometimento dos oficiais do conselho e, sobretudo, à debandada geral que se seguiu à entrega do forte, as propostas da falta de munição e de heróica resistência foram abraçadas pelas autoridades provinciais. Em relatório de outubro de 1865, Augusto Leverger [1802-1880], oficial francês de marinha naturalizado brasileiro, vice-presidente da província em exercício, propunha: “O Forte de Coimbra [...] resistiu heroicamente, durante dous dias, ao ataque de artilharia e ao assalto de colunas de infantaria [...]. Porém, o punhado de valentes [...] vendo acabar o seu cartuchame, tiveram, a final, de ceder e retiraram-se no vapor Anhambahy [...]” [LEVERGER, 1865: p. 5]

Foi geral a retomada dessa versão heróica da deserção inglória, pelas autoridades imperiais e pela historiografia nacional-patriótica, apesar da inegável pusilanimidade do tenente-coronel Porto Carrero, reafirmada muito logo, por uma segunda grave deserção. Em 1893, sem ruborizar, o visconde de Ouro Preto, ministro da marinha durante a guerra, proporia: “Nos fastos militares mais gloriosos não há exemplo de bravura superior a desse punhado de valentes, repelindo mais de uma vez os assaltos do inimigo, que inesperadamente os acometeu [sic] [...]” [OURO PRETO, 1981: p. 26.] Apesar do ato vil diante de inimigo, que o levou à conselho de guerra, ao apagar das luzes do Império, dom Pedro concederia, sem ironia, a Porto Carrero o título de barão do Forte de Coimbra! Os *defensores* de Coimbra receberam medalha com a legenda “Valor e lealdade”, em julho de 1865! [BORMANN, 1897, V.1, p. 19; TAUNAY, 1891: p. 47.]

A canhoneira Anhambay, com os transfugas a bordo, encontrou a “algumas léguas do glorioso forte [sic]” os vapores *Jaurú* e *Corumbá* trazendo os pedidos reforço: dois oficiais, cinquenta artilheiros e munição! Porto Carrero e seus oficiais não mudaram de rumo. “Voltaram todos” para ... *Corumbá* – lembra o oficial-historiador Bernardino Bormann, que lutara no Paraguai. Se sobravam armas e as defesas eram magníficas, a disposição de luta era fraca. [CAMPESTRINI & GUIMARÃES, 1991. p. 61; BORMANN, 1897: V.1, p. 18.]

Por decisão, de 2 de junho de 1892, do governo de Floriano Peixoto, veterano do Paraguai, o tenente-coronel belga *Emílio Carlos Jourdan* [1838-1900] publicou estudo sobre o conflito no qual participara como tenente-engenheiro. O livro almejava um melhor conhecimento da “história militar” pelos oficiais do exército. Ele foi taxativo

sobre a entrega do forte “Está verificado que no ataque [...] o exército paraguaio teve um prejuízo superior a 300 homens [...]; e que si a resistência se houvesse prolongado por mais alguns dias, os navios paraguaios teriam voltado para Assunção, sem ousar ir até Corumbá.” A expedição teria se reduzido à caça de gado no sul da província, com importante influência nos sucessos posteriores. [JOURDAN, 1893: v. 2, p. 39.]

### **A Debanda Geral - Albuquerque, Corumbá, a Anhambay**

Segundo E. C. Jourdan, com o abandono de Coimbra, “terror pânico” se apoderou, em Corumbá, “do povo, como [também] das autoridades militares”, contribuindo para que a vila e a seguir o sul mato-grossense fossem entregues quase sem combate, com a população fugindo para os montes, os sertões a capital da província. Em Cuiabá, a centenas de quilômetros do forte, os moradores aprestaram-se a abandonar a vila, no caso aproximação dos paraguaios que, como sugere a documentação e todos os indícios, jamais pretenderam atacá-la, pois se encontrava em território não reivindicado e de difícil acesso! [JOURDAN, 1893: v. 2. p.43; LEVERGER, 1865, p.6.; MOURA, 2008: P. 286.]

O coronel Carlos Augusto de Oliveira, comandante provincial de armas, ficara organizando a defesa de Corumbá, na margem direita do rio Paraguai, a uns cem quilômetros de Coimbra, *a vol d’oiseau*, rio-acima. Inicialmente, Corumbá fora simples comandância militar, fundada em 1778, em região própria à agricultura e pastoreio. Em 1865, era a principal povoação do sul do Mato Grosso. No seu porto, as mercadorias eram transferidas para ou de embarcações de menor calado que subiam para ou desciam da capital, devido à menor profundidade do rio em montante, sobretudo em tempo de vazão. [BOSSI, 2008: p.52.]

Quando da invasão, Corumbá possuía uns mil e quinhentos habitantes, comerciantes, artesãos, militares, cativos, “índios peões”, entre eles, uns cem estrangeiros. Teria oitenta casas cobertas com telhas e zinco e 140 ranchos de cobertura de palha. A vila vivia relativo desenvolvimento, após o advento da navegação a vapor e a normalização do comércio através do rio Paraguai-rio da Prata, desde 1852. Os quatro meses em que se demorava um veleiro no trajeto Montevideu-Corumbá, ficara reduzido a uns doze dias, no caso de barco a vapor! [BOSSI, 2008: p. 51; MOUTINHO, 1869: 244; SCHNEIDER, 1902: Vol. 1, p. 121.]

A ligação Montevidéu-Corumbá era feita por linha de navegação imperial, com quatro navios: o *Marquês de Olinda*, o *Conselheiro Paranhos*, o *Visconde de Ipanema* e o *Cuiabá*. A última embarcação e chatas eram utilizadas quando das grandes vazantes. A vila localizava-se sobre elevação, com o porto na ribeira, quase nas margens do rio, onde eram armazenadas e reembarcadas as mercadorias chegadas da Corte, Montevidéu, Buenos Aires. As mercadorias eram distribuídas no sul e no norte da província, através das vilas de Miranda, Vila Maria, Albuquerque e Cuiabá. Corumbá possuía um quartel, ampla aduana, armazéns, cinco bilhares, um cemitério e um humilde albergue, modernidade rara no interior do Brasil. [BOSSI, 2008: p. 51; MOUTINHO, 1869: 244; SCHNEIDER, 1902: Vol. 1, p. 121.]

A produção e o comércio da província eram limitados e não tinham perspectivas de crescimento imediato. O alto preço das mercadorias em Corumbá e Cuiabá registrava a lentidão do ciclo de circulação do capital mercantil, devido ao elevado custo dos transportes e o escasso consumo, com o comércio dependendo em boa parte dos gastos do Estado com a defesa. Em 1863, em visita a Cuiabá, o italiano Bartolomé Rossi propôs sobre o Mato Grosso: “O comércio está em sua aurora e não apresenta nenhum sinal de vitalidade e movimento.” [BOSSI, 2008: p. 115.] Compreende-se o desinteresse imperial em recuperar o sul do Mato Grosso, ainda mais pobre do que o norte da província.

### **Segue a Deserção**

A defesa de Corumbá fora fortalecida com o 2º Batalhão de Artilharia a Pé, sob o comando do tenente-coronel fluminense Carlos de Moraes Camisão [1821-1867], apoiada a seguir por guardas nacionais e oficiais e praças fugidos de Coimbra. Ela contava com uns seiscentos soldados e 23 canhões. O coronel Carlos Augusto de Oliveira, chefe provincial de armas, não se dispôs a lutar pela vila, apesar dos meios que dispunha e dos reforços que podia esperar. Optou simplesmente pela deserção, levando o pânico à população.

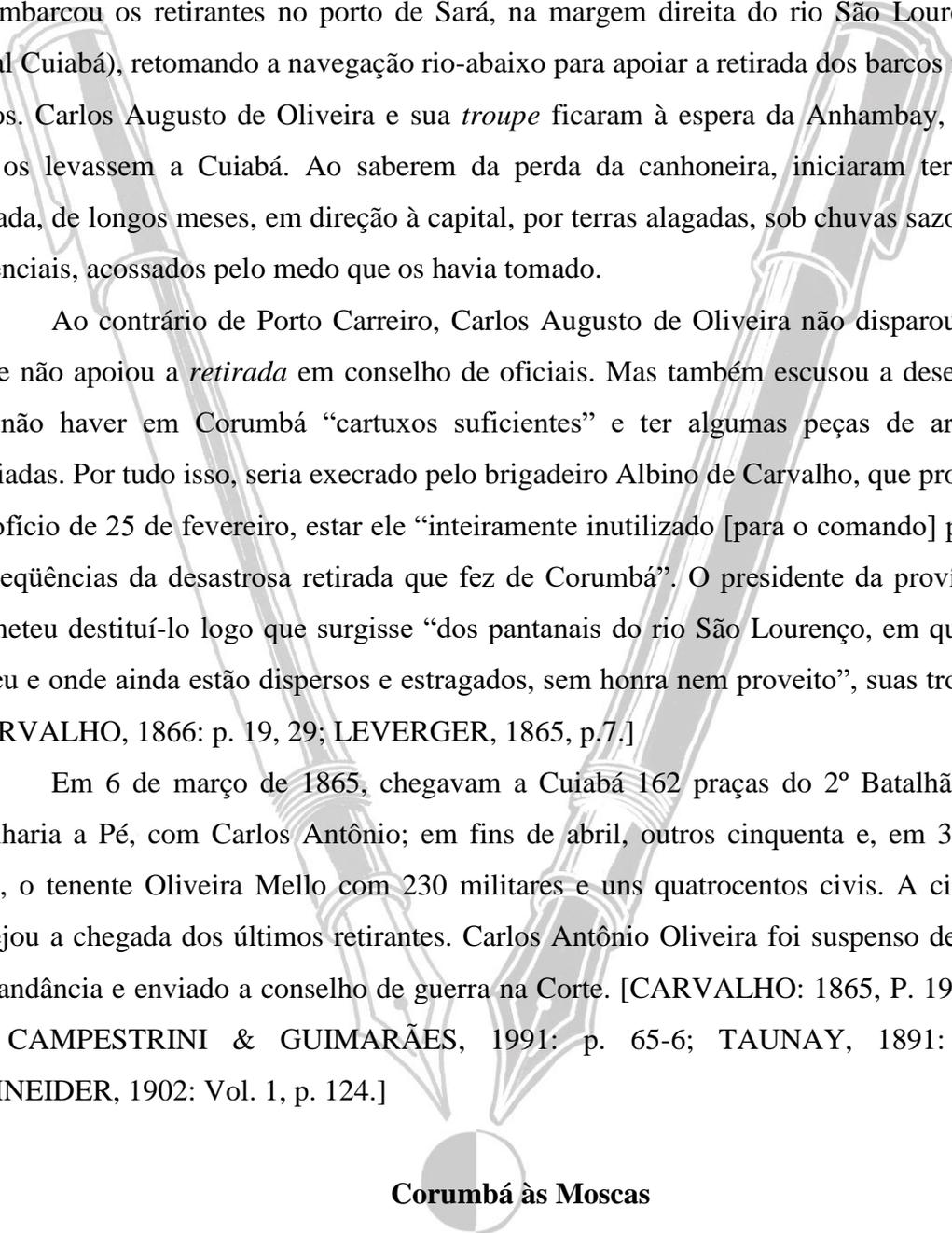
Na manhã de 2 de janeiro de 1865, o coronel Carlos Augusto escafedeu-se, nas canhoneiras Anhambay e Jaurú e na escuna Jacobina, junto com o futuro barão do Forte de Coimbra, ali refugiado, e o tenente-coronel Camisão. Não havia lugar para todos nos navios. As tropas e privilegiados foram embarcados e os *índios*, deixados para trás. O pânico foi geral. Soldados e populares, bêbedos, circulavam nas ruas, ameaçando os

estrangeiros, acusados de aliados aos paraguaios. Populares embarcaram-se em embarcações precárias, próprias e alugadas a alto preço. O general-historiador Lécio Gomes de Souza definiu a deserção das autoridade como “ato inopino de infâmia e covardia”. [CAVASSA, 1997: p.22; SOUZA, sd, p.54-5].

Com suas potentes caldeiras, a Anhambay conduziu rapidamente e desembarcou os retirantes no porto de Sará, na margem direita do rio São Lourenço (atual Cuiabá), retomando a navegação rio-abaxo para apoiar a retirada dos barcos mais lentos. Carlos Augusto de Oliveira e sua *troupe* ficaram à espera da Anhambay, para que os levassem a Cuiabá. Ao saberem da perda da canhoneira, iniciaram terrível retirada, de longos meses, em direção à capital, por terras alagadas, sob chuvas sazonais torrenciais, apossados pelo medo que os havia tomado.

Ao contrário de Porto Carreiro, Carlos Augusto de Oliveira não disparou um tiro e não apoiou a *retirada* em conselho de oficiais. Mas também escusou a deserção por não haver em Corumbá “cartuxos suficientes” e ter algumas peças de artilha avariadas. Por tudo isso, seria execrado pelo brigadeiro Albino de Carvalho, que propôs, em ofício de 25 de fevereiro, estar ele “inteiramente inutilizado [para o comando] pelas conseqüências da desastrosa retirada que fez de Corumbá”. O presidente da província prometeu destituí-lo logo que surgisse “dos pantanais do rio São Lourenço, em que se meteu e onde ainda estão dispersos e estragados, sem honra nem proveito”, suas tropas. [CARVALHO, 1866: p. 19, 29; LEVERGER, 1865, p.7.]

Em 6 de março de 1865, chegavam a Cuiabá 162 praças do 2º Batalhão de Artilharia a Pé, com Carlos Antônio; em fins de abril, outros cinquenta e, em 30 de abril, o tenente Oliveira Mello com 230 militares e uns quatrocentos civis. A cidade festejou a chegada dos últimos retirantes. Carlos Antônio Oliveira foi suspenso de sua comandância e enviado a conselho de guerra na Corte. [CARVALHO: 1865, P. 19, 22, 24; CAMPESTRINI & GUIMARÃES, 1991: p. 65-6; TAUNAY, 1891: 52; SCHNEIDER, 1902: Vol. 1, p. 124.]



### Corumbá às Moscas

Senhor do forte de Coimbra, o certamente surpreso coronel Vicente Barrios navegou, em 1º de janeiro de 1865, para Albuquerque, também na margem direita do Paraguai, no meio caminho entre Coimbra e Corumbá, encontrando a vila abandonada. Em 1862, a aglomeração tinha meio milhar de habitantes e uns mil nativos. A aldeia do

Conselho, dos nativos kinikinaus, nas imediações da vila, foi atacada e seus habitantes dispersos. Autóctones foram levados para o Paraguai, obtendo a liberdade apenas em 1869. [ESSELIN, 2015; SCHNEIDER, 1902: Vol. 1, p. 121.] Na tarde de 2 de janeiro, Barrios e sua tropa embarcaram-se para Corumbá, ali chegando no dia seguinte, para tomar, também sem disparar tiro, a importante aglomeração. Antes de aportar em Corumbá, uma canoa aproximou-se dos navios paraguaios, trazendo negociantes estrangeiros radicados na vila - Nicolas Canaria, Manuel Cabaza e Juan Viacaba -, que pediram proteção e forneceram informações sobre o abandono da Corumbá. (MOUTINHO, 1869: p. 292-3). Não parecia conquista militar, mas um alegre passeio! [THOMPSON, 2010: p. 44.]

Em Corumbá, os paraguaios encontraram mais dez canhões de bronze e muita munição, além de outros petrechos de guerra. Os armazéns encontravam-se repletos de mercadorias. O armamento de Coimbra e Corumbá e outros bens foram levados para o Paraguai no vapor Salto Guayra, como presas de guerra, respeitando-se as propriedades de estrangeiros. Com os canhões de Coimbra se formou a bateria homônima do forte de Humaitá. Exagerando, Thompson propôs que a pólvora obtida no sul do Mato Grosso abasteceu as necessidades do país durante a guerra. [LISTA DE ARMAS, 1865; THOMPSON, 2010: p. 47.]

Os mercados de Asunción inundaram-se de mercadorias trazidas do Mato Grosso, fortalecendo o apoio à guerra, entre a população e, sobretudo, as classes proprietárias, tomadas de indiscutível belicismo, sonhando com os bons negócios que seriam permitidos pelo domínio pleno dos territórios reivindicados. Corumbá abria, também, uma porta para a Bolívia. Como veremos, iniciou-se imediatamente abertura de caminho ligando Corumbá a Santa Cruz, na Bolívia. A vila de Corumbá foi fortificada, com seis peças de artilharia, à espera de um contra-ataque que chegaria apenas em 11 de junho de 1867. Boa parte dos habitantes mato-grossense e muitos estrangeiros que permaneceram em Corumbá, homens, mulheres e crianças, foram enviados ao Paraguai. Na administração da vila, os novos senhores ensaiaram a libertação de alguns cativos, certamente querendo explorar a dissolução da ordem escravista do Império. Não prosseguiram nessa direção e não aboliram a escravidão, que vigia no Paraguai. [THOMPSON, 2010: p. 44.]

### **As Orelhas do Anhambay**

Enquanto os novos senhores instalavam-se em Corumbá, a canhoneira Anhambay após deixar o comandante de armas, oficiais, tropas e retirantes no porto de Sará, já no rio Cuiabá, navegou rio-abaxo para ajudar o resto do comboio de retirantes, menos rápido, com destaque para a escuna Jacobina, que terminou caindo em mãos paraguaias, com importante carga em munições e armas retiradas de Corumbá. Em 6 de janeiro, a canhoneira imperial, já a caminho de Cuiabá, rebocando uma escuna, foi avistada pela esquadilha paraguaia, saindo os vapores civis artilhados Yporá e Río Apa no seu encalço. O Yporá era um pequeno navio a vapor, de cascos de madeira, o primeiro a ser construído no Paraguai, em 1856, no estaleiro de San Gerónimo, em Asunción. Com empuxe de 226 tons., máquina de 70 HP, e caldeira na popa e duas rodas laterais, destinara-se à linha Asunción-Buenos Aires. Com as caldeiras sobre o nível da água, a embarcação era muito exposta à artilharia. Era talvez o navio paraguaio mais rápido e com maior poder de fogo - dois canhões em cada lado e outro, sobre plataforma giratória, na proa.

A tripulação da Anhambay era de 32 marinheiros, sobretudo “menores da Companhia de Aprendizes Marinheiros”, ou seja, crianças e adolescentes mantidos no navio durante conflito! Após perseguição de umas seis milhas e tiroteio sobretudo entre a Anhambay e o Yporá, sendo abordada por este barco, a canhoneira imperial abarrancou-se, no início da tarde, na margem do rio Cuiabá, nas cercanias do morro do Caracará, onde foi abordada, às 14:30 min, pela tripulação do barco paraguaio, que transportava 25 infantes. Parte da tripulação imperial alcançou a margem, procurando escapar, enquanto alguns marinheiros morreram afogados ou em combate, como o comandante do Anhambay, José Israel Alves Guimarães. De sete a dez marujos foram aprisionados e alguns outros teriam sido mortos após a luta.

Legenda histórica propõe que orelhas de tripulantes do Anhambay, mortos em combate, foram arrancadas e enfiadas em corda atadas aos mastros do Yporá. Thompson conta que, ao aportar o navio vitorioso em Asunción, o *troféu* macabro teria sido retirado por ordem governamental. Esse sucesso, falso ou não, foi difundido por jornais portenhos e negado por *El Semanario*, diário oficial paraguaio. Centurión, que se encontrava no Paraguai na época, propõe que jamais ouvira falar desses fartos, que certamente serviram de contra-ponto à debandada imperial no Mato Grosso. Sem maior comprovação e, em geral, sem registro da eventual reprimenda do governo paraguaio, a legenda foi retomada comumente como fato histórico por boa parte da

historiografia brasileira passada e atual. [OURO PRETO, 1981: 91; DORATIOTO, 2002, 104; CENTURION, 2010: p. 93-4; THOMPSON, 2010: p. 45.]

Cortar orelhas aos inimigos mortos para recordação era tradição bárbara difundida em toda a bacia do Prata. Em carta de 4 de julho de 1865, Francisco Marques Xavier, jovem tenente e estancieiro da Guarda Nacional do norte do RS, relatava o combate Botuí, de 26 de junho de 1865, contra vanguarda de quatrocentos infantes inimigos, em território sulino, no qual participara, como parte de tropas imperiais superiores. Na dura linguagem campeira, desculpava-se com sua terna esposa por não lhe mandar a “orelha” do paraguaio que, no entrevero, *se ajeitara* “para não sair [ele, Francisco Xavier] em jejum [do combate]”. Ou seja, do paraguaio que matara na luta. Não o fizera apenas “por ter faltado o sal para salgar” a orelha. [FERNANDES, 1997: 51.] Em Cerro Corá, em 1º de março de 1870, após ser fuzilado, Solano López teve a orelha esquerda decepada, por imperial, para fins de recordação!

O posto naval de São Felix de Dourados, na margem esquerda do rio Paraguai, a uns treze quilômetros da vila de Corumbá, rio-acima, possuía um pequeno estaleiro e um grande depósito imperial de armas. Abandonado no dia 2 de janeiro, foi ocupado, quatro dias mais tarde pelos paraguaios, que se extasiaram com a grande quantidade de pólvora que ali encontraram. Em 10 de janeiro de 1865, ao embarcar-se em forma desorganizada e sem precaução a pólvora, sob calor tórrido, explosão matou o tenente Andrés Herreros, que comandara o assalto ao Amambaí, um alferes e 23 soldados, motivando grande consternação em Asunción. O tenente visitara, anos antes, como espião, o Mato Grosso e aquele posto naval. [SCHINEIDER, 1902: V.1, P. 125.]

### **O Invasão do Mato Grosso por Terra - Bella Vista, Dourados, Miranda, Niouac, Coxim**

Enquanto a divisão naval avançava sem ser perturbada, as duas colunas terrestres que partiram da vila de Concepción-Itapúa, invadiam as terras em disputa, no sul da província do Mato Grosso. O destacamento sob o comando do major Martín Urbietta, formado por trezentos cavaleiros, passou por Ponta Porã, em busca da pequena colônia militar dos Dourados, às margens do rio homônimo, quase na fronteira com o Paraguai. A colônia fora fundada, em 10 de maio de 1861, a uns setenta quilômetros ao sul de Miranda, em território disputado pelo Paraguai e pelo Império, “rico em peixe, caça e de erva-mate”. Na colônia havia dez colonos, um número indeterminado de

nativos e pequena guarnição de 29 praças, muitos casados, sob o comando do tenente de cavalaria Antônio João Ribeiro. [MELLO, 1969: 189; BOSSI, 2008: p.52; JOURDAN, 1893: v. 2. p.40-42.]

Em 29 de dezembro, ao aproximar-se da colônia militar dos Dourados, para dispersá-la e recolher gado, a coluna Urbieta encontrou resistência, na estrada da povoação, de quinze soldados comandados por Antonio João Ribeiro. Ao contrário do que se tornou a seguir habitual, o tenente não abandonou a posição, morrendo no início de embate, com mais dois companheiros. Após a refrega, seus comandados refugiaram-se nos matos próximos, sendo aprisionados e levados para o Paraguai, de onde, salvo engano, nenhum voltaria com vida. Na noite anterior, o forte de Coimbra fora abandonado. [LEVERGER, 1865: 9; SCHNEIDER, 1902: V. 1, P. 125.] Por seu ato quase excepcional de resistência, o tenente Antonio João seria canonizado pela historiografia brasileira sobre a invasão do sul do Mato Grosso. Propõe-se que registrara em bilhete a lápis, enviado aos superiores, em que acusava a chegada dos paraguaios: “Sei que morro, mas o meu sangue e dos meus companheiros servirá como protesto solene pela invasão do solo de minha Pátria.” [CAMPESTRINI, & GUIMARÃES, 1991: p. 7.]

A frase patriótica célebre foi produzida após os fatos, possivelmente por Alfredo de Taunay, em livro de 1874, e retomada por Rio Branco, nas notas ao livro de L. Schneider. Esses autores consagraram a elevação, a feito heróico, de “combate de proporções minúsculas, iniciado e terminado por uma única descarga”, como parte da reelaboração imperial e republicana brasileira da memória da debandada diante dos invasores. O tenente teria, sim, se comportado com valor, respondendo à injunção de rendição que se entregaria apenas se “apresentassem ordem do governo imperial”. Sem ela, “não o faria de modo algum”. O tenente já dera exemplos de espírito marcial. Da colônia militar dos Dourados, Urbieta e tropa convergiram sobre a colônia militar de Miranda, para onde se dirigira Resquín e seu destacamento. [THOMPSON, 2010: p. 45; FRAGOSO, 1956: v.1, p. 272 *et seq.*; CARDOZO, 1967: v.1, 57; MELLO, 1969: pp. 374 *et seq.*; SCHNEIDER, 1902: V. 1, P. 126.]

### **Mais ao Sul**

Por sua vez, o coronel Francisco Isidoro Resquín atravessou o rio Miranda, ocupando, em 30 de dezembro de 1864, a colônia militar de mesmo nome, abandonada

pelos poucos moradores e defensores. Ela fora fundada, em 23 de novembro de 1859, também em territórios em disputa com o Paraguai. No dia seguinte, em marcha para a vila de Nioac, fundada em 1847, na proximidade do rio homônimo, deparou-se com coluna de uns duzentos cavaleiros imperiais, dirigida pelo tenente-coronel José Antonio Dias da Silva, chefe do corpo de cavalaria provincial, que tentou abrir conversações - no seu relatório ao presidente da província, afirmou, distorcendo os fatos, que fora Resquín que quisera parlamentar: “[...] recebi um recado do comandante inimigo em que me fazia conhecer o desejo de falar-me sobre negócios de paz.” [SCHNEIDER, 1902: V. 1, P. 127.] Resquín exigiu rendição em meia-hora. No rápido confronto nas margens do rio Feio, os imperiais recuaram dispersos, tendo uns sessenta mortos e treze prisioneiros, segundo Resquín, que anotou um morto e dois feridos seus. O tenente-coronel imperial, que destruiu na retirada a ponte sobre o rio Feio, propôs umas oitenta baixas inimigas e cinco mortos em suas tropas - a seguir, subiu para oito os imperiais mortos. Essas discrepâncias foram comuns ao longo da guerra. [FRAGOSO, 1956: v.1, p. 274-77; THOMPSON, 2010: p. 46; JOURDAN, 1893: vol. 2. p.41-2.]

Em 2 de janeiro de 1865, pela tarde, Resquín ocupou a vila de Nioac, às margens do rio homônimo, local de comandância militar, com um amplo quartel e uma trinta casas telhadas e uns cem casebres. Na vila, os paraguaios se apoderaram de caixas de balas e pólvora enterradas, quando do abandono da cidade, além de algum pouco armamento. Em Nioac, no coração dos territórios invadidos e reivindicados pelo Paraguai, foi estabelecida, por dois anos, a comandância militar das forças terrestres em operação no sul do Mato Grosso. A seguir, Resquín avançou para o noroeste, para a vila de Miranda, fundada em 1778, na margem direita do rio homônimo, onde chegou em 12 de janeiro. A florescente vila possuía casas em alvenaria, igreja e um “magnífico quartel”. Em retirada, Dias da Silva ordenara o abandono de Miranda, defendida por praças do Batalhão de Caçadores e pelo 7º da Guardas Nacionais, em organização, o que foi realizado, em 6 de janeiro, em geral através do rio Miranda. [LEVERGER, 1865: P. 9; JOURDAN, 1893: vol. 2. p.41-2; SCHNEIDER, 1902: V. 1, P. 125.].

Naquele distrito militar, havia mais de quatro mil nativos aldeados, de diversas parcialidades, sobretudo terenas. Antes que as tropas do Exército paraguaio chegassem à vila de Miranda, ela foi abandonada pelos militares e o depósito de artigos bélicos foi saqueado pelos nativos aldeados nas proximidades. Terenas, laianas, kinikinaus, kadiwéus e baquios sequestraram espingardas, clavinas e toda pólvora e bala que puderam. Os nativos aldeados seguiram fiéis aos mato-grossenses ou tentaram recuperar

a antiga autonomia, fugindo, se isolando, atacando paraguaios e imperiais. O comandante paraguaio Isidoro Resquim, mesmo chegando ao Forte muito depois dos nativos, encontrou “quatro peças, com seus carros de munição, 502 fuzis, 67 carabinas, 131 pistolas, 468 espadas, 1092 lanças, 9847 projetis e artilharia de vários calibres”. Armamento suficiente para formar um batalhão! Esse enorme armamento, assim como o abandonado em Coimbra, Corumbá e outros pontos, sugerem os projetos militares propostos para a província, em caso de guerra com o Paraguai. (FRAGOSO, 1934: p.241; TAUNAY, 1931, p.33; [LEVERGER: 1865, 10; SCHNEIDER, 1902: V. 1, P. 129; FRAGOSO, 1956: v.1, p. 279-80; ESSELIN, 2015]

Sob o terror determinado pela invasão, moradores das regiões atacadas ou ameaçadas, refugiaram-se na Serra de Maracaju, junto com parcialidade de terenas e kinikinaus. Sob a liderança do cacique Pacalalá, ao alcançarem a chapada, os nativos roçaram, caçaram, pescaram, capturavam gado, etc., tudo em boa parte em proveito dos sul-mato-grossenses, em extensão de submissão já interiorizada. O jovem tenente Alfredo Taunay estranharia que os nativos não aproveitassem a oportunidade para libertarem-se da submissão em que viviam, limitando-se apenas a um comportamento menos sujeito. Taunay registra confronto com paraguaios, em maio de 1866, nas margens do Aquidauana, de dezesseis nativos, dirigidos por Pacalalá, o único morto no combate. Ele definiu a refrega como “o mais importante dos feitos de guerra de todo o período de ocupação da zona fronteiriça”, dimensionando a falta de ação imperial na região. [TEKOHA, 2012]

Uma coluna de trezentos paraguaios, com cavalos chegados do Paraguai, avançou para a colônia militar de Coxim, fundada, em 25 de novembro de 1862, na margem direita do rio Taquari, no extremo norte do atual estado do Mato Grosso do Sul. Segundo Isidoro Resquín, no comando da expedição, o caminho, para Coxim, naquela estação do ano, era quase intransitável, com mais de 120 quilômetros de banhados. Em 24 de abril, Coxim, abandonada por defensores e habitantes, era ocupada, saqueada e incendiada. A seguir, a coluna retrocedeu com cinquenta homens a menos, mortos de doenças e ferimentos, e muitos enfermos. Nessa expedição, a cavallhada paraguaia teria sido dizimada pela “peste das cadeiras”. Em maio, a notícia do assalto a Coxim chegou a Cuiabá, reinstalando o pânico. Falava-se de expedição de seis a oito mil soldados, com artilharia e grande cavallhada, marchando para a capital! [RESQUÍN, 1870: 1; LEVERGER, 1865: 10; SCHNEIDER, 2009: Vol. 1, p. 111; .]

Nesse ínterim, as tropas de Resquín saquearam na fazenda de Piraputangas, gados, bens e a refinada moradia de Joaquim José Gomes da Silva, o barão de Vila Maria, conservador, o mais rico proprietário da região, senhor de muitos trabalhadores escravizados, que escapou por pouco aos paraguaios. Móveis e outros bens, do barão, como a rica baixela de prata, e umas 22 mil animais teriam sido enviados para o Paraguai. A tradição registra que objetos de Gomes da Silva enfeitaram a residência da *madame* Lynch, companheira de Solano López. No total, talvez oitenta mil vacuns foram levados do sul-mato-grossense. [MONTENEGRO & LASSERRE, 1893: p. 49; MOUTINHO, 1869: 246.]

### Ocupação sem Oposição

Não houve tentativa de recuperação do sul da província, mesmo quando se soube da retirada paraguaia, deixando no local pequenas guarnições. Em verdade, muito logo, a maior parte das tropas paraguaias abandonou o Mato Grosso para juntar-se à ofensiva em direção das província de Corrientes, em 13 de abril, e do Rio Grande do Sul, em 10 de junho de 1865. [JARDIM, 2015.] A partir de fevereiro de 1865, chegava informação em Cuiabá que a guarnição de Corumbá se restringia a trezentos ou quatrocentos praças, em boa parte “crianças”, enquanto a do forte de Coimbra era de uns cinquenta soldados! Nesse momento, talvez todas as tropas do Mato Grosso paraguaio não superassem os mil homens. [CARVALHO, 1866: P. 30 *et seq.*]

O presidente da província, antes mesmo de ter notícias precisas do sul da província, oficiou ao governo central não ter a “província meios” de retomar a “fronteira do Baixo Paraguai”, devido aos “recursos” que disporia o “governo do Paraguai”, preocupando-se apenas com a defesa da capital. Para tal, destacou os batalhões da guarda nacional e criou “batalhão de paisanos”, de quatro companhias, os Voluntários Cuiabanos. O tenente-coronel Porto Carrero, mandado a Cuiabá pelo comandante de armas para responder a conselho de guerra, assumiu a guarnição e defesa de Cuiabá. Sobretudo, ao saber da entrega de Corumbá, o brigadeiro Carvalho formou, em janeiro de 1865, na mais meridional e elevada colina do Melgaço, a uns 120 quilômetros em jusante, em uma curva, onde o rio se estreita, posição artilhada, defendida por guardas nacionais, voluntários da pátria, praças de linha, prisioneiros e pequenos vapores artilhados. O comando de Melgaço foi entregue ao *herói* de Coimbra! [LEVERGER, 1865: 7; CARVALHO, 1866: 11-12.]

Para indignação do brigadeiro Carvalho, em 19 de janeiro, o tenente-coronel Porto Carreto chegava a Cuiabá no vapor Corumbá com parte das tropas, enquanto o restante seguia-o por terra. Mais uma vez, o retirante de Coimbra, ao receber, no dia 18, apenas desembarcado no Melgaço, notícias falsas que navios paraguaios atingiam a foz do rio Cuiabá, chamara conselho e acertara a pronta deserção em direção da capital! Porto Carrero foi substituído no comando por Augusto Leverger, francês de nascimento, naturalizado brasileiro, radicado no Mato Grosso, vice-presidente da província, que se ofereceu para comandar a defesa. Leverger embarcou, imediatamente, em 20 de janeiro, com as tropas, retomando a defesa de Melgaço por ainda alguns meses, em uma guarda de posição jamais ameaçada. A defesa contava com uns mil e cem homens e alguns canhões, além de pequenos navios artilhados ou não. Em 14 de março, Leverger deixava o comando por divergir politicamente da indicação do tenente-coronel Camisão para comandante das armas. Por seus feitos, tornou-se barão de Melgaço. Enquanto o Império combatia o Paraguai, seguia o tradicional combate entre conservadores, progressistas e liberais! [CARVALHO, 1866: 14-15; PÓVOAS, 1995: v.1, p. 260; FRAGOSO, 1956: v.1, p. 282; SCHNEIDER, 1902: V. 1, P. 131..]

Como Carvalho, seu substituto, Augusto Leverger, interpretando a vontade dos proprietários do norte, com poucos laços com o meridiano, despreocupou-se com o sul da província, ocupado pelos paraguaios, sem oposição. Em junho de 1867, quando mais tropas partiram para o Paraguai, deixando poucos homens no Mato Grosso, expedição foi enviada pelo rio Paraguai para assaltar Corumbá, pelo novo presidente da província, José Vieira Couto Magalhães. Uma vanguarda de quatrocentos imperiais do denominado 2º Corpo Expedicionário de Mato Grosso, sob o comando do tenente Antônio Maria Coelho, assaltou a vila, de surpresa, em 13 do mesmo mês, defendida por guarnição de duzentos praças. No rápido combate, as tropas mato-grossenses teriam perdido apenas “um oficial e poucos soldados”. Após o combate, os paraguaios aprisionados foram passados pelas armas e a soldadesca empreendeu rapina da vila martirizada, da qual sequer escaparam os negócios de estrangeiros respeitados pelos invasores. “O saque e o extermínio foi geral”, anotou Joaquim Ferreira Moutinho, em *Notícia sobre a província de Matto Grosso*, publicada dois anos após os sucessos. Mais tarde, o tenente Maria Coelho seria elevado à dignidade de barão do *Amambaí*, pela vitória, mesmo transitória, em Corumbá. Com a reconquistada da vila, o presidente José Vieira Couto Magalhães, progressista, que comandava o grosso da expedição, então no posto naval de São Felix de Dourados, a poucos quilômetros de Corumbá,

dirigiu-se para a vila recuperada com as tropas que o acompanhavam. Porém, ao ser *informado* de que “Lopez [...] tencionava” mandar “reforço de alguns vapores”, ordenou precipitado regresso para Cuiabá, sob a desculpa de epidemia de varíola, o que permitiu que a vila voltasse aos invasores.

A bexiga não era conhecida na província e raros eram os vacinados. Em Cuiabá, as tropas infectadas disseminaram a epidemia, com enorme mortandade. Ferreira Moutinho, que se encontrava na capital e teve sua moradia vergastada pela epidemia, refere-se a quatro mil mortos, entre os doze mil cuiabanos. As portas das casas eram arrombadas, para enterrar famílias inteiras mortas e já em putrefação. Uma procissão foi organizada para clamar ajuda aos céus contra o horror que se abatia a terra, acelerando a contaminação. Sem homens para abrir covas, os cadáveres eram queimados parcialmente, servindo de pasto aos animais. Cadáveres eram enterrados dentro das casas e quintais. De grande utilidade foi o 2º Batalhão de Artilharia a Pé, com os praças vacinados, que se fizeram remunerar regiamente pelo serviço que prestaram. A doença era tratada com canja de galinha e açúcar e o comandante de armas fez com que canhões disparassem, “de manhã e à tarde”, em “ruas da cidade”, certamente para combater os “miasmas” que corrompiam a “atmosfera”. A epidemia se alastrou para outras vilas da província. [MOUTINHO, 1869: pp. 98 *et seq.*]

José Vieira Couto Magalhães, presidente da província, notabilizaria-se pela tentativa de recuperação de Corumbá e por organizar, em 15 de maio de 1867, em Várzea Grande, nas proximidades de Cuiabá, na outra margem do rio Cuiabá, um “campo de confinamento” para moradores paraguaios da região, com suas famílias. Entre o objetivo do campo estariam dificultar a espionagem, a traição e, para alguns analistas, impedir atentados contra paraguaios pelos cuiabanos assustados. O campo se manteve até o fim da guerra, com os paraguaios dedicados, entre outras atividades, ao artesanato do couro e ao retalho de carne. O núcleo de civil paraguaios aprisionados que permaneceu na região originou a segundo maior cidade do atual Mato Grosso. [CORONEL, 2015.] Com o início do abandono das tropas paraguaias da defesa de Humaitá, as tropas de ocupação, em 3 de abril de 1868, deixaram, para sempre, Corumbá e o sul do Mato Grosso, para participar da defesa do solo nacional. Por mais um desses paradoxos da história, o território conquistado sem luta pelos paraguaios foi recuperado sem combate pelos imperiais [OURO PRETO, 1981: 159; PÓVOAS, 1995: v.1, p. 299-301; FRAGOSO, 1956: v.1, p. 286; MOUTINHO, 1869: 97.]

**BIBLIOGRAFIA**

AGUAPEHY, Barão de. Relatório do presidente da província de Mato-Grosso, o Barão de Aguapehy, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1868. Cuiabá, Sousa Neves, [s.d.]

BANDEIRA, Moniz. O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata: da colonização a Guerra da Tríplice Aliança. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BOSSI, Bartolomé. *Viagem pitoresca pelos rios Paraná, Paraguai, São Lourenço, Cuiabá e o Arinos, tributários do grande Amazonas: com descrição da província do Mato Grosso e seu aspecto físico, geográfico, mineralógico e seus produtos naturais*. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2008.

BORMANN, José Bernardino. *História da guerra do Paraguai*. Curitiba: Jesuino Lopes, 1897. v.1.

CARVALHO, Alexandre Manoel Albino de. Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da sessão ordinária de 3 de maio de 1864. Cuiabá: Souza Neves, 1864.

CARVALHO, Alexandre Manuel Albino de Carvalho. Relatório apresentado ao ilmo. e exmo.sr. chefe de esquadra Augusto Leverger, vice-presidente da província de Mato Grosso, pelo brigadeiro Alexandre Manuel Albino de Carvalho, ao entregar a administração da mesma província em 9 de agosto de 1865, contendo a sinopse da invasão paraguaia na mesma província. Rio de Janeiro: Comércio, de Pereira Braga, 1866.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional. De 1831 a 1850*. São Paulo: CEN; Brasília, INL, 1977.

CAMPESTRINI, Hildebrando & GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. 2 ed. Campo Grande: Assembléa Legislativa do Mato Grosso do Sul, 1991.

CAPDEVILA, Luc. *Una guerra total. Paraguay (1964-1870)*. Ensayo de historia del tempo presente. Buenos Aires: SB, 2010.

CARDOZO, Efraim. *Hace 100 años: cronicas de la guerra de 1865-1870*. 2 ed. Asunción: La Tribuna, 1971. V. 1

CAVASSA, Manoel. Memorandum. (Apresentação e notas de Valmir Batista Corrêa e Lúcia Salsa Corrêa). Campo Grande: UFMS, 1997.

CENTURION, Juan Crisóstomo. *Memorias o reminiscencias históricas sobre la guerra del Paraguay*. Asunción: El Lector, 2010.

CORONEL PROSMAN, Jorge. Campo de concentração de detidos paraguayos em cuiabá-mato grosso. jornadas a 150 años de la guerra guasu. hechos y contextos historiografía y representaciones. 24, 25 y 26 de junio de 2015

Declaração do general Francisco Isidoro Resquin, chefe do Estado Maior do Exército Paraguai, feita no quartel general do comando em chefe do Exército Brasileiro, na praça de Humaitá, em 20 de março de 1870. *A Reforma: órgão democrático*, Rio de Janeiro, Ano 2, n. 102, 8 de maio de 1870.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ESSELIN, Paulo Marcos. A pecuária bovina e o processo de ocupação do Pantanal Sul-Mato-Grossense.

MAESTRI, Mario. *Peões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil*. Passo Fundo: UPF Editora, 2009.

ESSELIN, Paulo Marcos & VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. A participação dos indígenas da banda meridional da Capitania de Mato Grosso na Guerra do Paraguai. *Revista História: Temas & Debates*, PPGH UPF, Passo Fundo, Rio Grande do Sul. [no prelo].

FERNANDES, Ari Carlos. (org. ) *Coronel Chicuta: Um passofundense na Guerra do Paraguai*. Passo Fundo: EdiUPF, 1997.

FRAGOSO, Gel. Augusto Tasso. *História da Guerra entre Triplice Aliança e o Paraguai*. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956. v. I.; 1957, v. II.

GARMENDIA, José Ignacio. *Recuerdos de la Guerra del Paraguay: La campaña a Corrientes y Río Grande*. V. 1. Corrientes: Amerindia, 2012.

<http://www.cpap.embrapa.br/teses/online/DST54>. Pdf;

JARDIM, Wagner. *Longe da Pátria: a invasão paraguaia do Rio Grande do Sul e a rendição em Uruguaiana (1865)*. Porto Alegre: FCM Editora; Passo Fundo, PPGH UPF, 2015.

JOURDAN, E.C. *História das campanhas do Uruguay, Matto-Grosso e Paraguay*. Brazil. 1864-1870. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893-4. 3 vol.

LASSERRE, Dorothea Duprat de. *Memórias de madame Dorothea Duprat de Lasserre*. Versão e notas de J. Arthur Montenegro. Rio Grande do Sul: Trocadero, 1893.

Lista de armas capturadas en el fuerte de Coimbra (Brasil). Archivo Nacional de Asunción, Sección Historia, v. 343, n. 18, 1865, Asunción, Paraguay.

LEVERGER, Augusto. Relatório do vice-presidente da provincia de Matto-Grosso, chefe da esquadra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial, em 17 de outubro de 1865. Cuiabá: Souza Neves, 1865.

LOUZADA, J.F.A. Correspondência encaminhada a Província de Mato Grosso. Arquivo do IHGB. LATA 762, PASTA 29. Cuiabá, 12 de outubro de 1865.

MAESTRI, Mário. Tasso Fragoso e a Guerra da Tríplice Aliança: História e ideologia. Revista O Olho da História, PPGH UFBA, n. 18, Salvador (BA), julho de 2012. <http://www.oohodahistoria.org/index.php>

MAIA, Jorge. *A invasão de Mato Grosso: 1º Centenário da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1964.

MELLO, gal. Raul Silveira de. *A epopéia de Antônio João*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1969.

MOURA, Zilda Alves de. *Cativos nas terras dos pantanais: escravidão e resistência no sul do Mato Grosso – sex. XVIII e XIX*. Passo Fundo: EdiUPF, 2008.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Noticia sobre a província de Matto Grosso: seguida d'um roteiro de viagem da sua capital a São Paulo*. São Paulo: Henrique Schroeder, 1869.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. São Paulo: Instituto Progresso. 1979.

OURO PRETO, Visconde. *A Marinha d'outrora: subsídios para a historia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha. 1981.

PENNA, Herculano Ferreira. Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Matto-Grosso pelo Exmo. Conselheiro Herculano Ferreira Penna, em 3 de maio de 1863. Cuiabá: Matto-Grosso, 1864.

PÓVOAS, Lenine. *História geral do Mato Grosso*. Cuiabá: ed. do Autor, 1995.

Relación del índio brasileiro desertor José Antonio Acosta, al interrogatório seguinte. Archivo Nacional de Asunción, Sección Historia, 1864, vo. 341, n. 1, 13 pp. Frente e verso. Asunción, Paraguay.

SCHNEIDER, L. *A Guerra da tríplice Aliança contra o Governo da República do Paraguay*. 1864-1870. Rio de Janeiro: Garnier, 1902. 2 v.

TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. *A primeira guerra do Paraguai: a expedição naval imperial ao Paraguai de 1854-1855*. Passo Fundo: Méritos, 2012.

TAUNAY, Alfredo d' E. [1843-1899]. *A retirada da Laguna*: episódio da Guerra do Paraguai. Traduzida da 3 ed. francesa por B. T. Ramiz Galvão. Rio de Janeiro: Garnier, s. d.

TAUNAY, Visconde de. *O Rio Guaporé e a sua mais illustre victima*: Estudo histórico. Rio de Janeiro: Universal de Laemmert, 1891.

TEKOHA, Publicação especial do MPF/MS, Semana do Índio. 3 ed. <http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/publicacoes/tekoha-3-dia-do-indio-2012-mpf-ms/Tekoha-III-MPFMS.pdf>

THOMPSON, George. *La guerra Del Paraguay*. Asunción: Servilibro, 2010.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão*: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850- 1888. São Paulo: Ed. Marco zero, 1993.